

## Revisões historiográficas na temática da fronteira sul-riograndense: historiadores municipalistas na prática da oralidade.

Ieda Gutfreind\*

Com o recurso de fontes orais, questionamos o conhecimento oficial produzido acerca da história do Rio Grande do Sul (RS), em relação a sua fronteira com o Prata. Ressaltamos que, mais de 50% do território gaúcho é constituído de fronteiras abertas com a Argentina e o Uruguai. Cotejamos, no ensaio, obras históricas já consagradas (Rosa, 1956 e Vellinho, 1975), com depoimentos de pesquisadores que vêm desenvolvendo estudos sobre suas cidades de origem, localizadas na área da fronteira e no seu entorno<sup>1</sup>.

A produção histórica sul-rio-grandense contemporânea esgota-se no paradigma da nacionalidade. Este esforço dos construtores da história gaúcha já se manifesta no final do século passado e, com maior empenho, nas primeiras décadas deste século, assumindo como que uma matriz historiográfica, o axioma: “*O Rio Grande sempre foi, desde o berço, um pedaço do Brasil, o Brasil que cresceu de si mesmo*” (Velinho, 1975, p.207).

Neste sentido, a perspectiva assumida pela historiografia dita oficial gaúcha, em estudo, é a da existência de uma fronteira sempre ameaçada. Ideologicamente, ela construiu o *discurso da muralha*, separando o que, pela própria natureza, é continuidade – a vastíssima área do *pampa*. Aplicando os conceitos *fronteira linha* e *fronteira zona* de Chesneaux (1980, 180-191), reconhecemos que esta historiografia apenas discorre sobre a *fronteira linha*, na medida em que seus estudos destacam os conflitos entre impérios e após, entre nações independentes, deixando ao largo as aproximações e as trocas que teriam ocorrido entre os dois lados da fronteira, o que, segundo o autor, responderia com o conceito *fronteira zona*. Foi, pois, a partir do enfoque *fronteira linha* que os historiadores gaúchos em sua maioria, construíram uma história para o Rio Grande do Sul desde sempre brasileira, cujas origens encontravam-se em Portugal e o seu desenvolvimento vinculado ao restante do espaço

---

\* Professora da Graduação e do Programa de Pós-Graduação em História – Unisinos, São Leopoldo/RS.

<sup>1</sup> Ivo CAGGIANI, de Santana do Livramento, entrevista concedida à autora em 27.set.1997; Osório Santana de FIGUEIREDO, de São Gabriel, entrevista concedida à autora, 15.ago.1992.

colonial lusitano, da América. Neste processo, cunharam expressões que se tornaram recorrentes e são veiculadas até a atualidade; referimo-nos à proposta político-ideológica do pertencimento das terras que atualmente compõem o estado meridional do Brasil como desde sempre, possessões portuguesas. Dentre as máximas justificadoras, apontamos *ocupação tardia, espaço vazio, terra de ninguém*. Tais expressões encontram-se praticamente, na totalidade da produção historiográfica sul-rio-grandense, simbolizando seus suportes legitimadores.

Exemplificamos com dois autores, de extrema relevância na historiografia gaúcha, próximos no tempo e também no comportamento intelectual: Othelo Rosa e Moysés Vellinho, os quais dão importância em seus estudos às extensas faixas fronteiriças do RS, com o Prata. A participação ativa de ambos no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – IHGRGS - , durante longo tempo atuando como membros de comissões que avaliavam propostas e/ou problemas relacionados com a História para o governo do Estado, mantendo-se em permanente defesa de um Rio Grande do Sul voltado para os interesses nacionais, é fator de peso para tal escolha. Tornamo-los representantes de um grande número de estudiosos da história sul-rio-grandense.

De Othelo Rosa, analisamos o ensaio “*A Formação do Rio Grande do Sul*” (Porto Alegre, 1956), e de Moysés Vellinho “*Fronteira*” (Porto Alegre, 1975), priorizando aspectos relacionados com a fronteira das respectivas obras.

Para Rosa, “*No processo da sua integração territorial o fato culminante para o Rio Grande do Sul é o ‘drama da fronteira’ que ele vive longa e penosamente*” (1957, p.16). No entanto, este autor destaca-se de seus contemporâneos, aprofundando suas análises e, para tanto, diferencia o conceito de *limite* do de *fronteira*. Segundo ele:

*“O limite é um fato jurídico, variável ao sabor dos tratados, dos acordos, das convenções, materialmente representado pela linha de demarcação que os governos e os diplomatas trocam arbitrariamente, mais nas cartas geográficas do que propriamente na terra. A fronteira é, substancialmente, um fato político, condicionado a um processo histórico-social: o seu agente principal é o próprio homem da raia, que não se preocupa com as sutilezas de convenções e acordos, quase sempre confusos e misteriosos. Turner define-a lapidarmente: fronteira é a existência de uma terra livre em contínuo movimento, recebendo o avanço de uma colonização que enfrenta todas as condições adversas e efetua a incorporação desses trechos ao tipo de cultura que ela representa.”* (1956, p.16).

Embora diferenciando seu conceito de fronteira e de limite, o autor permanece no discurso político, visando integrar o RS ao Brasil, daí a ênfase em uma história que, contraditoriamente, valoriza a fronteira, porém minimizando seu papel. Apenas se detém nas

linhas de demarcação, nos tratados, nos interesses dinásticos, nos acordos, “[...] *que a energia criadora dos homens sobreporá determinando e fixando as lindes meridionais do Brasil*” (1957, p.17). Logo, para o autor, “[...] *a região, que é hoje o Rio Grande do Sul, permanecia terra abandonada, quase desconhecida, sem despertar sequer um interesse maior e continuado de parte das duas potências que mais tarde a disputariam com ardor e perseveranças*” (*ibid.*, p.13).

Para Rosa, era uma fronteira que fluía e refluía; dela a Espanha se aproximava com medo, em incursões intermitentes e fugazes, enquanto Portugal a ocupava com desconfiança, vagamente temeroso de novas complicações com aqueles “*hespanhóis confinantes*”. Uma área de fronteira que teria significado uma *zona de influência*, ocorrendo nada mais que infiltrações esporádicas de interesses econômicos e culturais dos países vizinhos da bacia do Prata. Rosa levantou a questão do peso de tais influências, com o objetivo de negá-las, amparado-se na absoluta ausência de nomes espanhóis na formação territorial do RS, afirmando que “*Todos eram de boa cepa portuguesa*”. Considerou também, a impossibilidade de uma influência espanhola advir das Missões Jesuíticas, pois essas encontravam-se isoladas e eram hostis e, quando passaram ao domínio português, em 1801, restavam apenas ruínas.

O discurso de Othelo Rosa é o da *fronteira muralha*, daí seu desafio: “*Quereis uma demonstração eloqüente dessa intransponível linha divisória entre os dois povos ibéricos que vieram dirimir as suas animosidades seculares nas nossas coxilhas e nas nossas plagas?*” (*ibid.*, p.23). Sua demonstração e/ou **prova** da existência de uma muralha isolando o Rio Grande do Sul do Prata será dada pela confirmação da ausência de influência espanhola no Rio Grande do Sul, afirmando que durante os anos em que o Rio Grande do Sul esteve sob o domínio espanhol (1763 – 1777), não teriam ficado vestígios.

No entanto, na impossibilidade de negar o que já reconhecera - o fluir e o refluir da fronteira - , afirma:

*“O que eles [os castelhanos] admitem, e o que nós devemos admitir, é um fenômeno de interpenetração entre povos que, em grande parte, estão separados por linhas secas, transponíveis a todo momento e que, exercendo em larga escala atividades iguais não de ter força somente alguns hábitos de trabalho iguais ou semelhantes”* (*ibid.*, p. 23).

O esforço de Othelo Rosa faz-se no sentido de opor o gaúcho platino ao gaúcho rio-grandense e, no ensaio em discussão, o autor longamente discorre sobre as diferenças, desde as étnicas e as de caráter, entre outras, que terminaram promovendo dois tipos distintos: o gaúcho rio-grandense e o gaúcho platino.

Distinguir entre *influência espanhola* no Rio Grande do Sul e *interpenetração* é o esforço que o autor persegue. Reconhece palavras, hábitos e costumes comuns; aceita aproximações e algumas influências sem maiores repercussões. Othelo Rosa representa uma significativa comunidade de intelectuais, alguns o precedendo, outros tantos lhe sucedendo que, no afã de integrar o RS ao Brasil, em um clima marcadamente nacionalista, minimiza ou mesmo ignora, influências espanholas na área da fronteira do RS com o Prata. Othelo Rosa aqui está posto como símbolo de uma ampla comunidade que tem, na produção historiográfica de Moyses Vellinho, a finalização do *discurso* que construía uma identidade brasileira para o RS.

Othelo Rosa proferiu sua conferência no âmbito da Academia, visando colocar a Universidade, pelos idos de 1950, frente aos problemas históricos, sociais, políticos e econômicos do Rio Grande do Sul, em uma conjuntura que já na década de 1920 estara consolidara. Duas décadas após, Moyses Vellinho lançava duas obras: “*Capitania D’el rei, aspectos polêmicos do RS*” e “*Fronteira*”, concluindo com elas, a construção do *discurso da muralha*, isolando o Rio Grande do Sul do Prata, direcionando-o ao Brasil.

No prefácio de *Fronteira*, Guilhermino César, também historiador, enfatiza que Moyses Vellinho, da literatura passou para a história, levando consigo um ideal nacionalista, ao se dedicar a um dos capítulos mais interessantes de nossa história, ou seja: “*A dilatação e consolidação da raia meridional, através do enraizamento, ali, da cultura de origem luso-brasileira.*”(1975, p. X). Esta é a proposta de Vellinho em sua produção historiográfica.

Em “*Fronteira*”, consideramos que ocorre o coroamento da construção de um discurso também contraditório como o de Othelo Rosa em relação à fronteira, ou então, mais coerentemente, podemos afirmar que Vellinho levou a um nível mais acabado, a tese da “*fronteira linha*”, através do *discurso da muralha*, pois a obra, desde seu título, é uma apologia da *fronteira* que, inclusive, teria criado um *espírito de fronteiro* nos sul-rio-grandenses.

Reconhece o autor, um longo passado vivido pelos gaúchos em uma “*fronteira duramente controvertida em constante estado de guerra*” (1975, p. 199), destacando as lutas “[...] *contra os invasores que [...] contra a mesma área, e igualmente em busca de mais espaço, crescia, vindo do sul e oeste, o inimigo de sempre - os castelhanos.*” (*ibid.*, p.202).

Enfim, para Vellinho, rivalidades advindas da Península Ibérica “*velhas de muitos séculos*” (*ibid.*, p.202) haviam cruzado o Atlântico. Eram dois mundos inimigos espanhóis-

castelhanos - portugueses-luso/brasileiros com interesses vitais díspares, duas civilizações rivais que provocavam mobilidades nas fronteiras com avanços e recuos ora de um lado, ora de outro. Conseqüência direta do quadro, teria sido o desenvolvimento de um “*estado de consciência política de cunho nacional*” ou seja, os rio-grandenses tornaram-se mais brasileiros que os demais habitantes do país:

“*Foi assim, por um imperativo de circunstâncias históricas, que se formou o que se pode chamar ‘espírito de fronteira’, o qual marca tão substancialmente a psicologia do homem típico do Rio Grande do Sul*” (ibid., p. 208).

Contradição imensa, pois, negando o papel de uma fronteira, é criado o homem fronteiriço, representante do gaúcho brasileiro que transita e se amolda, com naturalidade, em qualquer estado do Brasil, integrando a tudo e a todos. Na íntegra:

“*Eis porque o Brasil se apresentava ao espírito do fronteiro como um só corpo, desde as rasas águas do Chuí, até os remotos mistérios da Amazônia [...] Nem o separatismo condicional dos farrapos, nem o isolacionismo postigo da carta de 14 de julho, puderam comprometer a vocação do Rio Grande para a unidade*” (ibid., p. 211).

Este espírito de fronteira fora se construindo na disputa com os rivais espanhóis/castelhanos, cujo resultado “*não podia deixar de adensar-se progressivamente, para acabar se definindo e plasmando em vigilante estado de consciência política*” (ibid., p.203). Evoca o autor, nomes de vultos rio-grandenses, desde o momento em que “O continente de São Pedro amanhece” - capítulo inicial da obra - até o presente, os quais teriam desempenhado missões militares, políticas, diplomáticas, econômicas, expressando nas suas atividades, uma “*ativa consciência da unidade e integração nacional, chegando aos confins do Brasil*”<sup>2</sup>.

Como Othelo Rosa, Moysés Vellinho percebia o Prata como uma *fronteira linha*, também construindo uma muralha imaginária que impedia visualizar uma *fronteira zona*. A *boa cepa portuguesa* fincara pé, expressão que também explora, constituindo-se em uma estrutura lingüística e cultural, distinta da existente do outro lado dos muros.

As interpretações de Othelo Rosa e de Moysés Vellinho representam as de outras tantas contemporâneas a eles, que primaram em criar um RS lusitano e, para defenderem seus

---

<sup>2</sup> O autor, no último capítulo: “O espírito de fronteira e a Amazônia”, p.199-238, desenvolve longamente o assunto, nomeando outros tantos gaúchos que se destacaram fora dos limites do RS. Dentre vários, cita Irineu Evangelista de Souza, futuro visconde de Mauá, nascido em Arroio Grande, então distrito de Jaguarão e Plácido de Castro, de São Gabriel, ambos originários de áreas junto à fronteira com o Prata.

pontos-de-vista, criticaram, às vezes com violência, os que abriam, ou aproximavam o RS do Prata<sup>3</sup>.

Passemos aos depoimentos dos pesquisadores Ivo Caggiani e Osório Santana de Figueiredo, historiadores municipalistas, que conforme adiantamos, dedicam seus estudos às origens das cidades de Livramento e de São Gabriel, respectivamente, onde residem. Radicados próximos à fronteira a percebem de forma distinta dos dois historiadores acima enfocados. Reconhecem a existência de uma *fronteira linha*, que, quanto mais recuada no tempo mais intensamente se manifesta, mas não deixam de valorizar a existência de uma *fronteira zona*, que sempre se fez atuante, mesmo em situações de conflitos.

O primeiro deles vem se dedicando à pesquisa histórica há mais de quatro décadas sobre assuntos relativos a Santana do Livramento, cidade separada de Rivera no Uruguai por uma rua e distante da capital do Estado por 495 Km. Vejamos como o historiador, que se identifica como um “pesquisador provinciano”, e que, em seu depoimento, o vocábulo recorrente é *entrelaçamento*, apresenta a relação existente entre Livramento, onde reside, e a *cidade do outro lado da rua*, Rivera. Textualmente:

*“Santana e Rivera foram duas cidades que o destino uniu e constituem um verdadeiro monumento ao panamericanismo, aqui nós costumamos dizer que somos dois bairros de uma grande cidade e realmente não se pode dissociar Santana do Livramento de Rivera, quer dizer, a nossa história é entrelaçada completamente, mesmo porque o começo é o seguinte: Rivera surgiu para evitar, vamos dizer, o avanço brasileiro no norte uruguaio. Em 1863, um brasileiro escreveu um livrinho contendo história e geografia do Rio Grande do Sul, em homenagem a Dom Pedro II, então ele diz, no que se refere a Santana do Livramento, o seguinte: “esta outrora florescente vila, encontra-se nos paroxismos da morte, duas coisas a matam: o contrabando e a concorrência da povoação de Dom Pedro Ceballos que é o nome anterior de Rivera, onde as mercadorias são vendidas 50% mais baratas que nesta localidade...” Então, nós tivemos esses problemas, Santana e Rivera (...) Viveram juntas, vivem juntas há cento e trinta anos mais ou menos, uma nasceu para impedir o crescimento da outra, além dos limites da linha divisória, e conosco nasceu o contrabando. O contrabando é uma tônica geral. Nós que vivemos em Santana e Rivera todos somos contrabandistas, como disse um vereador com uma certa popularidade “quem não for chibeiro que atire a primeira pedra”. Chibeiro é um contrabando pequeno, contrabando formiga como aqui se chama. Eu, por exemplo, ontem, ao anoitecer, fui comprar pão em Rivera, carne em Rivera, frios, queijo, tudo em Rivera e os castelhanos vêm aqui e compram erva-mate não sei o quê mais... é um intercâmbio permanente entre Santana e Rivera, não só de compras mas também de entrelaçamento familiar (...) a história das duas cidades se entrelaça de tal forma que é impossível dissociá-las, além disso, ao longo desta fronteira do Rio Grande do Sul, nós temos a influência uruguaia numa faixa do Rio Grande do Sul e a influência brasileira numa grande faixa do Uruguai, logo, para estudar a região da fronteira, nós não podemos nos*

---

<sup>3</sup> Referimo-nos a autores como Alfredo Varela, que vinha produzindo desde o final do século XIX, e ainda nas décadas de 30 e de 40 sofria críticas de seus pares. Este autor, em suas obras, destacava a proximidade do RS com o Prata. Manoelito de Ornellas foi outro escritor que sofreu represálias por sua tese “O pampa é só um território”.

*ater só a parte brasileira porque nós temos que, obrigatoriamente, estudar a parte uruguaia, porque as duas se entrelaçam. Na Revolução Farroupilha, por exemplo, esse entrelaçamento entre uruguaios e rio-grandenses foi muito grande, o Bento ia ao Uruguai tratar de interesses da Revolução, o Frutuoso Rivera também era compadre do Bento e também estava envolvido na pacificação, então há um entrelaçamento muito grande entre os dois, Rio Grande do Sul e Uruguai [...].”<sup>4</sup>*

Caggiani, pois, nos apresenta uma outra faceta em relação à fronteira, a que se aproxima, favorece trocas, distinta da de Othelo Rosa que embora tenha reconhecido uma “zona de influência”, em verdade esforçou-se em eliminá-la. Caggiani reconhece um “espírito de fronteira” que não o de Moysés Vellinho. Em seu extenso depoimento, o historiador municipalista, do qual selecionamos apenas um excerto, recupera a fronteira tanto em sua dimensão de *fronteira linha* como de *fronteira zona*, reorientando o *discurso da muralha* da tese da matriz lusitana da historiografia para o discurso *dos intercâmbios permanentes*. No entanto, não deixa de identificar e de alardear o orgulho de ser mais brasileiro que os demais, amparando-se, justamente, na proximidade desta fronteira.

O depoimento de Osório Santana de Figueiredo por sua vez, também traz um entendimento de sua cidade natal, São Gabriel - localizada a 330 Km de Porto Alegre - com a fronteira, de aproximações, e não de oposição. As relações com os espanhóis e os castelhanos são vistas com naturalidade. Textualmente:

*“Os gabrielenses têm razão de se sentirem orgulhosos de sua cidade, porque ela vem dos tempos iniciais do Rio Grande do Sul, aqui na fronteira. Surgiu de um posto militar, como tantas outras cidades... Bagé, Jaguarão, Santana, Uruguaiana, Alegrete, Rio Grande; Elas tiveram origens militares e a nossa também não podia falhar. Ela nasceu com os espanhóis, uma coisa curiosa [...].”<sup>5</sup>*

Figueiredo identifica, nomeia, data, localiza locais de confrontos entre os governos português e espanhol, mas diferencia a esfera político-diplomática dos impérios e dos governos, da do comportamento da população, afirmando que, enquanto aqueles brigavam, “o povo não” e que, mesmo em época de guerra, os soldados espanhóis comercializavam com os portugueses.

Assim como Caggiani, Santana de Figueiredo enfatiza a atividade do contrabando, desde sempre presente, fator de aproximação das duas raias, contatos econômicos que se desdobravam em múltiplas relações.

---

<sup>4</sup> Ivo CAGGIANI, de Santana do Livramento, entrevista concedida à autora em 27.set.1997.

<sup>5</sup> Osório Santana de FIGUEIREDO, de São Gabriel, entrevista concedida à autora em 15.ago.1992.

Mas, o que é a fronteira para Figueiredo e quais as relações entre os fronteiriços, sejam espanhóis/castelhanos ou luso-brasileiros? Vejamos:

*“Diziam que a fronteira entre o Uruguai e o Brasil era onde se encontrava um brasileiro e um uruguaio. Eu, ainda conheci, quando criança, muitos uruguaios que casavam aqui e depois iam embora... tem gente da minha família que foi para o Uruguai, lá tinham estâncias, lá casaram e se radicaram. Hoje se sabe que dezenas e dezenas de fazendeiros brasileiros estão no Uruguai. Quando terminou a Revolução Farroupilha havia quatrocentos fazendeiros com estâncias dentro do Uruguai. Essa comunhão social entre uruguaios e brasileiros sempre houve, porque o Uruguai tinha uma grande vantagem, que poucos se dão conta, enquanto houve revolução no Brasil, no Rio Grande do Sul, o Uruguai era la Suíça del América tinha muita plata como eles diziam, porque eles abasteciam as tropas revolucionárias na fronteira com ponchos, arreamento, cavallhada, munição, armamento. Havia um intenso comércio. O Uruguai tinha, então, uma forte renda com as revoluções. Quando os revolucionários tinham que fugir, ou tinham que dar uma bandeada, como eles diziam, iam para o Uruguai [...]”<sup>6</sup>*

Santana de Figueiredo também valoriza as lutas pela posse de terras que os conflitos latentes ou mesmo expressos – seja entre as metrópoles ou, posteriormente, entre os castelhanos e luso-brasileiros, resultaram na assinatura de acordos, tratados, etc. Porém, reconhece as oposições entre as metrópoles ibéricas entre si e as populações em determinadas ocasiões, dando mais importância aos contatos, às trocas, aos laços de parentesco que se criaram entre as duas bandas, negadas e/ou minimizadas por Rosa e Vellinho.

Santana de Figueiredo, assim como Ivo Caggiani, valoriza sobretudo as trocas que realiza com os pesquisadores uruguaios, suas idas frequentes a arquivos, como o *Arquivo Artigas* e o rico manancial documental que eles possuem, destacando a necessidade do pesquisador brasileiro em utilizá-los para reconstruir a história do extremo sul do Brasil, especialmente em seus primeiros séculos.

Os depoentes, Ivo Caggiani e Osório Santana de Figueiredo, sugerem que o gaúcho da fronteira é dotado de um sentimento de nacionalidade mais extremado do que o do restante da população brasileira. Neste sentido, estão acordes com Othelo Rosa e Moyses Vellinho, porém, destes se afastam, sem negar o sentimento de brasilidade do gaúcho, repetimos, ao identificarem e reconhecerem a existência de uma antiga e forte comunidade de interesse que aproximou, nas mais distintas épocas, as populações fronteiriças: seja nas relações familiares e de parentesco, nas trocas no campo da lingüística, no da economia, nas manifestações culturais e, inclusive, na prática dos seus ofícios – a construção da história.

---

<sup>6</sup> FIGUEIREDO, op. cit., nota 5.



Avaliamos como documentos de ótima qualidade, os depoimentos destes pesquisadores, apresentados como contraponto às construções historiográficas oficiais, recorrentes e cristalizadas que, ao tratarem da extensa fronteira do Rio Grande do Sul com o Prata, em específico no ensaio, com o Uruguai, isolam o RS desta área através do “*discurso da muralha*”. Neste, a Fronteira secciona e proporciona contatos sem maior representatividade. No discurso dos historiadores fronteiriços as muralhas são derrubadas, constroem-se pontes, ou melhor dizendo, abrem-se caminhos que proporcionam *intercâmbios permanentes*, daí a importância em ouvi-los narrar suas vivências e práticas de historiadores municipalistas, o que alcançamos com o recurso metodológico da História Oral.

## BIBLIOGRAFIA

CAGGIANI, Ivo, de Santana do Livramento, entrevista concedida à autora em 27 de setembro de 1997.

CHESNEAUX, Jean. La inserción de la historia en el espacio: la geopolítica. *In: Hacemos tabla rasa del pasado? A propósito de la historia y de los historiadores*. 4 ed. Madrid: Siglo XXI, 1981. (p.180-191).

FIGUEIREDO, Osório Santana de, de São Gabriel, entrevista concedida à autora em 15 de agosto de 1992.

ORNELLAS, Manoelito. *Gaúchos e Beduínos: origem étnica e formação social do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: José Olympo, 1948.

ROSA, Othelo. A formação do Rio Grande do Sul. *In: PILLA, Luiz. Fundamentos da Cultura Rio-Grandense*. 2ª série. Porto Alegre: Imprensa Universitária UFRGS, 1957, p.11-30.

VARELLA, Alfredo. *História da Grande Revolução: o ciclo farroupilha no Brasil*. 6 Vol., Porto Alegre: Globo, 1933.

VELLINHO, Moisés. *Capitania D’el rei, aspectos polêmicos do RS*. 2ª ed. Porto Alegre: Globo, 1970

\_\_\_\_\_. *Fronteira*. Porto Alegre: Globo, 1975.